

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO-PENAL BRASILEIRO

THE RIGHT TO BE FORGOTTEN IN THE BRAZILIAN LEGAL-CRIMINAL SYSTEM

Ana Carolina Santos Silva¹

Isabela Simões Bueno²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar o direito ao esquecimento na sociedade da informação, considerando os direitos fundamentais – direitos da personalidade e as liberdades de informação e expressão –, os quais frequentemente entram em conflito. O direito ao esquecimento nasce ancorado pelo princípio da dignidade da pessoa humana, podendo ser analisado como uma espécie derivada dos direitos da personalidade. Para embasar as considerações acerca da problemática analisada, utiliza-se da legislação brasileira vigente, quais sejam: Constituição Federal de 1988, Código Civil e a Lei de Execução Penal. Busca-se reconhecer o pleno desempenho da função midiática, em conformidade com os direitos fundamentais que se referem à liberdade de imprensa e expressão. Procura-se apontar que, por meio do princípio da ponderação, é possível avaliar qual direito fundamental irá ser aplicado, prevalecendo ou não o direito ao esquecimento no caso concreto. Foi utilizado o método de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, a fim de compreender, por meio de deliberações de estudiosos da temática, as implicações da internet na sociedade contemporânea quanto à indexação de fatos verídicos e suas proporções ao longo do tempo e, por fim, os desafios para a proteção dos direitos fundamentais à informação e à privacidade dos indivíduos envolvidos nos fatos divulgados.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento. Direitos fundamentais. Liberdade de expressão.

ABSTRACT

This article aims to address the right to be forgotten in the information society, considering fundamental rights – personality rights and freedoms of information and expression - which often come into conflict. The right to be forgotten is rooted in the principle of human dignity and can be analyzed as a derivative of personality rights. To support the considerations about the analyzed problem, the current Brazilian legislation is used, namely the Federal Constitution

¹ Graduanda do Curso de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ensino Superior do Paraná, da Fundação de Estudos Sociais do Paraná - FESP. E-mail: ana.carolina39@outlook.com.

² Doutoranda e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Curso de Direito da Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP/PR). E-mail: contato@isabelabueno.com.br

of 1988, the Civil Code, and the Penal Execution Law. The goal is to recognize the full performance of the media function in accordance with fundamental rights related to freedom of the press and expression. It is pointed out that through the principle of balancing, it is possible to evaluate which fundamental right will be applied, whether the right to be forgotten will prevail or not in the specific case. The method used was a qualitative literature review in order to understand, through deliberations of scholars in the field, the implications of the internet in contemporary society regarding the indexing of true facts and their proportions over time, and finally, the challenges for the protection of fundamental rights to information and privacy of individuals involved in the disclosed facts.

Keywords: Right to be forgotten. Fundamental rights. Freedom of expression.

INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro prevê diversos direitos e garantias à pessoa do condenado, sendo possível encontrá-las na Lei de Execução Penal, no Código Penal e também na Constituição Federal. O sistema penal tem como um de seus objetivos punir o autor de uma infração penal, bem como buscar a sua reintegração à sociedade, a fim de evitar que venha praticar novos crimes.

Após o indivíduo ser condenado judicialmente por decisão proferida em ação penal, passará a cumprir a pena que lhe foi aplicada na sentença condenatória transitada em julgado; em seguida, ao cumprir integralmente a pena, terá a extinção da punibilidade decretada, a fim de que os efeitos da condenação não persistam. Entretanto, na realidade dos egressos do sistema penitenciário brasileiro, não há a efetivação concreta da finalidade da pena, a qual, segundo Foucault (1987, p. 14), “é procurar corrigir, reeducar, ‘curar’”.

A ideia categórica de que o condenado irá sair do cárcere e de imediato iniciará uma nova vida em sociedade é, no mínimo, fantasiosa. Não por falta de estímulo ou vontade, mas sim por externalidades. No presente estudo, a abordagem será acerca de como a vinculação de dados fatídicos nos meios de comunicação, a respeito de crimes e seus autores, os tornam lembráveis independente do tempo que passou.

Diante desta situação, cabem as seguintes indagações: os direitos previstos no Código Penal, na Lei de Execução Penal e na Constituição Federal são efetivos para que o indivíduo não tenha uma pena perpétua? Qual o limite entre o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da liberdade de informação? O direito coletivo, bem como a liberdade de informação prevalecem sobre o direito de privacidade do indivíduo que busca ressocialização?

Com isso, o estudo tem como objetivo geral: analisar como o direito ao esquecimento é um mecanismo de proteger os ex-detentos de discriminação e exclusão, após o cumprimento da pena perante ao Estado, a fim de que tenham uma nova chance e garantam seu lugar de direito na sociedade. Como objetivos específicos: analisar como o instituto do direito ao esquecimento

é uma garantia de tornar efetivo o princípio da dignidade da pessoa humana aos egressos do sistema penitenciário; apresentar o conflito existente entre os princípios constitucionais; e apontar ponderações quanto a aplicação do direito ao esquecimento, baseado nos julgados do caso Chacina Candelária e do caso Daniella Perez.

O estudo nasce a partir do entendimento de que uma vez que um sujeito comete um crime, este deve cumprir com seus deveres perante ao Estado, ou seja, o devido cumprimento da pena sentenciada, porém, é preciso assegurar que o seu direito de reintegração social seja garantido, baseado nos princípios constitucionais protetivos à dignidade da pessoa humana. Deste modo, o direito ao esquecimento não é um meio de apagar fatos e, sim de proteger os egressos de discriminação e exclusão.

Para atingir os objetivos mencionados, a pesquisa se desenvolve através de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, utilizando-se de doutrina e jurisprudência acerca do tema, bem como análise das leis e princípios que regem o ordenamento jurídico brasileiro, buscando entender como o conflito entre direitos se desenvolve.

Portanto, o estudo segue da seguinte maneira: primeiramente é analisado o surgimento e o conceito do instituto do direito ao esquecimento. Consecutivamente, se discute os direitos fundamentais previstos na Carta Magna, como direitos conflitantes entre si. Por fim, são expostas as concepções sobre o direito ao esquecimento no Brasil, sob o prisma de jurisprudências, expondo casos concretos e midiáticos.

1 Direito ao esquecimento

A disseminação de informações na internet aumentou significativamente com o advento da tecnologia no século XX. Com a possibilidade de acesso por qualquer usuário, de qualquer lugar e a qualquer momento, tornou-se o principal meio de comunicação e de compartilhamento de conteúdos, seja de interesse público ou de caráter pessoal.

As notícias, fotos ou vídeos, uma vez produzidos e elencados nos meios de comunicação digital, circulam instantaneamente, sendo quase impossível a sua desvinculação. Por conta deste descontrole na propagação, alguns indivíduos têm a sua privacidade violada com frequência, ferindo os direitos à personalidade.

A internet não esquece. Ao contrário dos jornais e revistas do passado, que eram papéis físicos, se desgastavam e, em certo momento, eram descartados, as informações que circulam na rede digital permanecem por tempo indefinido em circulação. Pior ainda, os dados passados

são expostos tão habilmente quanto os dados mais recentes, gerando um conflito legal no campo do direito (SCHREIBER, 2013).

Neste contexto, a fim de resguardar direitos fundamentais, surge o instituto do direito ao esquecimento, frequentemente denominado em países de língua inglesa como *right to be let alone* ou *right to be forgotten*.

Rosenvald (2016) define que o direito ao esquecimento está atrelado à capacidade de impedir a disseminação de informações que, embora verdadeiras, não são atuais e causam todo tipo de transtorno à pessoa vinculada ao fato. Trata-se do direito de não ser lembrado para sempre de erros passados, a ponto de desejar que o evento seja esquecido, ou pelo menos não seja lembrado por qualquer membro da sociedade.

Pinheiro (2016, p.173) descreve o conceito nas seguintes palavras:

O direito que qualquer ser humano possui de ter qualquer fato vexaminoso ligado à sua vida que afete diretamente sua reputação ser esquecido depois de um determinado lapso de tempo pela população através da não veiculação das informações sobre o fato pelas mídias. Representa, portanto, o reconhecimento jurídico à proteção da vida passada, através da proibição de se ter revelado (eternamente) o nome, a imagem e outras informações relativas à personalidade.

O direito ao esquecimento ganhou notabilidade nos últimos anos devido ao Enunciado 531, da VI Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal (CJF, 2013), que enunciou: “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”, tal como a sua justificativa dispõe que:

Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.

O Enunciado pode ser utilizado como mecanismo de reflexão sobre a necessidade de se pensar no direito ao esquecimento como um caminho para o resguardo de uma memória social à coletividade, fundada nos direitos fundamentais dos seres humanos (MARTINEZ, 2014).

Ainda que se trate de um instituto relativamente novo no Brasil, no entanto, as concepções acerca do direito ao esquecimento são um pouco mais antigas. Podemos observar a aplicação do princípio no *Caso Lebach*, frequentemente citado pela doutrina como exemplo histórico a respeito do tema.

O caso em questão refere-se ao episódio acontecido em 1969, na comunidade conhecida como Lebach, onde dois homens, auxiliados por um terceiro, assassinaram quatro guardas ao tentarem roubar um armazém de munições. No ano de 1970, dois réus foram condenados à prisão perpétua e o terceiro condenado a seis anos de reclusão. Em razão de ser um caso

emblemático, despertou grande interesse público, e os meios de comunicação fizeram ampla divulgação dos fatos ocorridos.

O terceiro réu cumpriu integralmente sua pena e, dias antes de deixar a prisão, tomou conhecimento de que foi produzido um documentário sobre o crime, o qual seria transmitido em canal midiático no mesmo dia que ele iria deixar a prisão. O documentário, além de exibir dados do crime, também mostrava imagens dos condenados e informações quanto aos laços afetivos entre eles, de cunho íntimo.

Este réu ingressou com uma ação inibitória a fim de impedir a exibição do documentário. Porém, o pedido foi negado nas duas primeiras instâncias jurisdicionais. Assim, o condenado ajuizou Reclamação Constitucional perante o Tribunal Constitucional Alemão, sendo julgada procedente sob o argumento de que a proteção constitucional da personalidade não admite que a imprensa explore, por tempo ilimitado, a pessoa do criminoso, bem como a sua vida privada, na medida em que a exibição do documentário causaria danos ao processo de ressocialização do condenado.

A decisão da Corte Alemã tornou-se um marco para a doutrina e jurisprudência acerca do direito ao esquecimento, ao garantir os direitos fundamentais inerentes ao direito à privacidade em contrapartida ao interesse midiático.

Segue trecho da decisão do Tribunal Constitucional Alemão:

2. As normas dos §§ 22, 23 da Lei da Propriedade Intelectual-Artística (Kunsturhebergesetz) oferecem espaço suficiente para uma ponderação de interesses que leve em consideração a eficácia horizontal (Ausstrahlungswirkung) da liberdade de radiodifusão segundo o Art. 5 I 2 GG, de um lado, e a proteção à personalidade segundo o Art. 2 I c. c. Art. 5 I 2 GG, do outro. Aqui não se pode outorgar a nenhum dos dois valores constitucionais, em princípio, a prevalência [absoluta] sobre o outro. No caso particular, **a intensidade da intervenção no âmbito da personalidade deve ser ponderada com o interesse de informação da população.**

3. Em face do noticiário atual sobre delitos graves, o interesse de informação da população merece em geral prevalência sobre o direito de personalidade do criminoso. Porém, deve ser observado, além do respeito à mais íntima e intangível área da vida, o princípio da proporcionalidade: Segundo este, a informação do nome, foto ou outra identificação do criminoso nem sempre é permitida. **A proteção constitucional da personalidade, porém, não admite que a televisão se ocupe com a pessoa do criminoso e sua vida privada por tempo ilimitado e além da notícia atual, p.ex. na forma de um documentário. Um noticiário posterior será, de qualquer forma, inadmissível se ele tiver o condão, em face da informação atual, de provocar um prejuízo considerável novo ou adicional à pessoa do criminoso, especialmente se ameaçar sua reintegração à sociedade (ressocialização). (Grifos nossos)**

Nota-se que a vinculação de dados nos meios digitais os tornam eternos. Até mesmo, os danos causados por essas informações veiculadas, sejam elas falsas ou verdadeiras, são ainda mais prejudiciais do que na época que as notícias eram divulgadas por meios tradicionais.

Pensando em todas essas concepções acerca do direito ao esquecimento citadas, a sequência do estudo trará reflexões mais específicas sobre os direitos fundamentais existentes

na legislação brasileira, como se conflitam entre si e, evidencia como a cultura de “uma vez criminoso, sempre criminoso” se enraizou na sociedade com a permanência de dados sobre fatos passados.

2 Conflitos entre direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988

2.1 Direitos fundamentais

Os direitos fundamentais são aqueles inerentes à própria condição humana e estão expressamente consolidados no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, *in verbis*: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. ” Entretanto, não é apenas a Carta Magna que tutela os direitos fundamentais. Podemos encontrá-los no Código Civil, do artigo 11 ao 21, que estabelece os direitos à integridade física, o direito ao nome, a proteção à honra, à privacidade e a imagem. Sendo estes influenciados pela universalidade da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948.

Segundo Martins (2022, p. 991), os direitos humanos:

São os direitos previstos em tratados e demais documentos internacionais, que resguardam a pessoa humana de uma série de ingerências que podem ser praticadas pelo Estado ou por outras pessoas, bem como obrigam o Estado a realizar prestações mínimas que assegurem a todos existência digna (direitos sociais, econômicos, culturais). Ainda que não incorporados ao ordenamento jurídico de um país, são tidos como direitos humanos, e são capazes de influenciar o Direito Constitucional de todos os lugares.

Ainda, segundo Martins (2022, p. 992) os “direitos fundamentais são aqueles direitos, normalmente direcionados à pessoa humana, que foram incorporados ao ordenamento jurídico de um país”.

Seguindo o mesmo raciocínio do autor, Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2019, p. 208), associam os direitos fundamentais as seguintes características: a) são direitos universais e absolutos; b) são históricos; c) são inalienáveis; d) são constitucionais; e) são vinculados aos poderes públicos;

No aspecto das características dos direitos fundamentais, Bobbio (2004, p. 25) assevera que:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas

liberdade contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Ou seja, é preciso lutar pelos direitos fundamentais, para serem reconhecidos e para que o seu pleno exercício assegure o engrandecimento da pessoa humana e, conseqüentemente, o desenvolvimento da civilização (BOBBIO, 2004).

O progresso da civilização está intrinsecamente ligado ao reconhecimento e à proteção dos direitos fundamentais. Uma sociedade que assegura os direitos fundamentais tende a ser justa, inclusiva e progressista, fortalecendo assim os vínculos sociais e contribuindo para a construção de um mundo mais humano.

Dessa forma, a luta pelos direitos fundamentais transcende a mera busca por justiça e igualdade, sendo, como exposto anteriormente, uma forma de impulsionar o avanço da civilização, ao criar um ambiente propício para que cada pessoa alcance seu pleno potencial e contribua para o avanço coletivo.

Nesse sentido, Piovesan (2015, p. 188) pontua que “enquanto reivindicações morais, os direitos humanos são fruto de um espaço simbólico de luta e ação social, na busca por dignidade humana, o que compõe um construído axiológico emancipatório”.

É certo afirmar que, com o passar do tempo, novos direitos surgem e outros se adaptam às pretensões sociais conforme necessário. Portanto, é comum que constantemente seja necessário visitar características de antigos direitos para efetivar sua aplicabilidade na sociedade atual. O direito ao esquecimento é um exemplo. Por mais que não seja um direito fundamental em sentido formal, ou seja, não está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, a tendência é que este, sendo um direito em sentido material, se torne um direito em sentido formal devido ao decurso de tempo, bem como sua exigibilidade em casos concretos (MARTINS, 2022). Portanto, diante destes aspectos, seu debate se faz necessário.

2.2 Direito à privacidade: intimidade, honra e imagem

Como já mencionado anteriormente, a Constituição Federal tutela os direitos fundamentais atribuídos às pessoas. Os quatro direitos são: a) intimidade; b) vida privada; c) honra; d) imagem;

Martins (2022, p. 1329) define que “a honra da pessoa compreende dois aspectos: honra objetiva, consistente na imagem que a sociedade tem sobre ela, e honra subjetiva, consistente no que a pessoa pensa de si própria.” Portanto, a honra permanece sendo um direito individual, não podendo ser desconsiderada por conta de práticas delituosas. Se partirmos do pressuposto

de que a honra é fundamentada na dignidade da pessoa humana, segundo o texto constitucional, o que for contrário ou ferir à honra estará atentando à dignidade.

A imagem, assim como a honra, também é um direito fundamental tutelado, nas suas três modalidades. Segundo Flávio Martins (2022, p. 1289), são elas:

a) Imagem social, também chamada de imagem objetiva ou honra objetiva (o que as pessoas pensam sobre o ofendido, tendo como titular tanto a pessoa física como a pessoa jurídica); b) imagem-retrato (a imagem física do indivíduo, capturada por recursos tecnológicos, como fotografias ou filmagens, bem como por meios artificiais, como pinturas e caricaturas; c) imagem autoral (imagem do autor que participa de obras coletivas).

Já o direito à privacidade é um direito de personalidade, não só previsto na Constituição Federal, como também no Código Civil, em seu art. 21, que “a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”.

Por sua vez, a vida privada compreende todas as relações de uma pessoa, incluindo aquelas de natureza comercial, de trabalho, de estudo e de convívio diário, enquanto a intimidade diz respeito às conexões pessoais e íntimas do indivíduo, abarcando amigos, familiares e parceiros que integram sua vida pessoal (MARTINS, 2022).

A consagração do direito à privacidade compreende todas as características e aspectos individuais inerentes à personalidade de cada indivíduo. Régis Schneider Ardengui (2016, p. 240) entende que:

A Constituição de 1988, ao resguardar a vida privada e a intimidade, assegurando a sua inviolabilidade (art. 5º, inc. X), está reconhecendo que o homem tem direito fundamental a um lugar em que, só ou com sua família, gozará de liberdade nas relações familiares (a liberdade de viver junto sob o mesmo teto), as relações entre pais e seus filhos menores, as relações entre os dois sexos (a intimidade sexual). Não há dúvida que essa é uma esfera privada (note-se, não dir-se-ia íntima), pois a pessoa humana, no recesso do lar, tem protegida a liberdade de domicílio, o sigilo da correspondência, o segredo profissional, todavia, as análises pecam por amplitude. O direito à intimidade é o direito de alguém poder recolher-se à solidão e ter seu universo íntimo preservado [...]

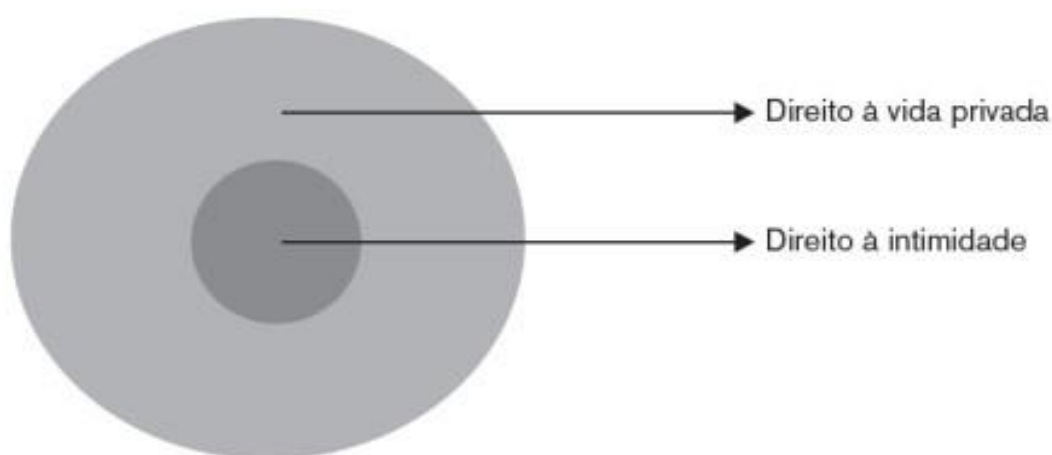
É uma necessidade fundamental para a saúde mental de todo ser humano a reclusão periódica à vida privada. A privacidade é essencial para possibilitar o livre desenvolvimento da personalidade, pois a constante observação alheia dificulta o enfrentamento de novos desafios. A frequente exposição de erros, dificuldades e fracassos às críticas alheias, além do constrangimento público, pode inibir qualquer tentativa de autossuperação. Por conseguinte, sem a tranquilidade proporcionada pela privacidade, é difícil para o indivíduo avaliar a si mesmo, ponderar perspectivas e estabelecer objetivos de forma eficiente (BRANCO, 2019, p. 427).

Além disso, a privacidade garante uma sensação de liberdade e autenticidade. Sem a constante preocupação com a exposição pública, sem medo de julgamentos ou expectativas externas, os indivíduos egressos têm a oportunidade de se conhecerem e superarem desafios a fim de alcançarem uma vida mais autêntica e significativa.

Dessa maneira, Flávio Martins (2022, p. 1330) afirma que:

Intimidade e vida privada são dois círculos concêntricos que dizem respeito ao mesmo direito: o direito à privacidade ou direito de estar só. A intimidade é um círculo menor, que se encontra no interior do direito à vida privada, correspondendo às relações mais íntimas da pessoa e até mesmo à integridade corporal, não se admitindo as “intervenções corporais” (admitidas excepcionalmente em outros países).

O autor apresenta os círculos da seguinte forma:



Vida privada (privacidade)	Intimidade
Mais amplo	Mais restrito
Todos os relacionamentos (comerciais, trabalho, estudo, convívio diário etc.)	Relações íntimas (amigos, familiares etc.)

FONTE: Flávio Martins (2022).

Todavia, os anseios individuais e sociais que necessitam de tutela, não estão presentes somente na legislação pátria. Oriundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil aderiu, através do Decreto Lei 678/1992 o Pacto de San José da Costa Rica, 1992, que assegura no seu art. 11:

1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.

2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

Portanto, não resta dúvida de que é fundamental ao homem, como pessoa humana, ter a segurança de poder exercer o direito à vida privada em toda a sua essência. Pois, ao ser eximido deste direito, lhe gerará danos imensuráveis, tanto de cunho individual como coletivo, visto que interfere no seu ciclo social, como por exemplo, na busca de empregos ou relacionamentos pessoais que possam vir a criar, levando em consideração sua posição como membro da sociedade em que está inserido.

Se estes direitos sofrerem violações, implicará consequências civis (indenização por dano material e dano moral) e também podem causar consequências penais, se forem violados em casos mais graves. Vale ressaltar, porém, que nem toda ameaça ou lesão à intimidade ou à vida privada configura um crime. Conquanto, não existe no Brasil uma tipificação de crime de violação da intimidade genérica, somente suas variações específicas.

2.3 Direito à informação

Para analisarmos o conflito existente entre os direitos, devemos saber que o direito à informação também é um direito fundamental. Acentuaremos adiante algumas características inerentes a sua conceituação e aplicabilidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, dispõe que é um direito fundamental o direito de informar e o de ser informado. Com isto, é possível concluir que a liberdade de informação é um direito fundamental, pois limita a atuação do Estado, a fim de garantir a livre circulação de informações.

Nesse sentido, Luiz Alberto David Araújo (2003, p. 110) pontua que:

O direito de informar, ou de passar informações, tem um sentido constitucional de liberdade para informar. Em outras palavras, trata-se de um direito fundamental de primeira geração, cuja preocupação consiste em impedir que o Poder Público crie embaraços ao livre fluxo das informações.

Seguindo o mesmo pensamento, Flávio Martins (2022, p.1376) afirma que:

O direito à informação é um direito individual, ou liberdade pública ou direito de 1ª dimensão (na acepção de Karel Vasak) ou de status negativo (na acepção de Georg Jellinek). Assim, o Estado tem o dever principal de não fazer, de não agir, ou seja, de não interferir na liberdade do indivíduo, não praticando atos que o impeçam de ser informado (não cerceando a liberdade de imprensa, não limitando o acesso a buscas pela internet, não limitando o direito de petição junto aos órgãos públicos etc.).

Acerca das duas concepções quanto ao direito de informação, o direito de se informar diz respeito à capacidade de conhecer informações relevantes, sejam públicas ou privadas, através da liberdade de acesso à informação. Isso significa que as pessoas têm liberdade para pesquisar e buscar informações sem serem impedidas pelo Poder Público. De outro modo, o direito de ser informado trata-se da possibilidade de que todo cidadão possa receber informações de interesse particular, coletivo ou geral, provenientes de órgãos públicos, desde que não estejam sujeitas ao sigilo indispensável à segurança da sociedade e do Estado (MARTINS, 2022).

Devido às inovações tecnológicas, a imprensa, independente do meio de comunicação utilizado, podendo ser rádio, televisão e principalmente a internet, tornou-se o principal veículo de difusão de informações. Por esta razão é previsto o direito à liberdade de imprensa.

Portanto, a liberdade de imprensa é decorrente do direito à informação e possui um papel de extrema importância no Estado, visto que possibilita a troca de conhecimento e informações entre os membros da sociedade.

Apesar do diploma constitucional, em seu artigo 220, garantir o direito à liberdade de manifestação, imprensa e expressão, é importante reconhecer que a sociedade muitas vezes se manifesta de forma exacerbada em relação à informação na qual um indivíduo está envolvido, utilizando-a como interesse público. Em casos de crimes históricos, por exemplo, o sentimento de repúdio sobre o fato e a condenação do indivíduo frequentemente influenciam uma imposição de uma pena perpétua.

É relevante ressaltar que a divulgação de um fato pela imprensa não deve ocorrer simplesmente por se tratar de um tema de interesse público. A liberdade de imprensa somente se justifica nos casos em que houver alguma relevância social nos eventos noticiados (BRANCO, 2022).

O acesso à informação por parte de toda a coletividade deve ser embasado em fato verdadeiramente condizente e próximo da realidade a ser noticiada. Isso é essencial para alcançar a finalidade do direito de expressão, sem incorrer em sensacionalismo que possa prejudicar a vida do acusado, conforme verifica-se no art. 41, inciso VIII, da Lei de Execução Penal, o qual dispõe sobre o direito do preso a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo, a fim de preservar a imagem e reputação do indivíduo. Sendo assim, prevê que a execução penal deve ser realizada com respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais do preso. É válido mencionar que as informações que possuem proteção constitucional estão relacionadas a fatos verídicos, não a fatos deturpados ou distorcidos.

Dessa forma, é necessário assegurar a veracidade e a integridade das informações divulgadas, evitando danos desnecessários e preservando a credibilidade do exercício da liberdade de expressão.

No entanto, os direitos à liberdade de manifestação e expressão são fundamentais para o exercício de outras liberdades em um Estado Democrático. A democracia não existe sem esses direitos, podendo ser entendidos como prioridades, mas não superiores, em relação aos direitos individuais.

Sobre a colisão entre os direitos de manifestação e expressão e os direitos da personalidade, Barroso (2004, p. 35) conclui que:

Na colisão entre a liberdade de informação e de expressão. De um lado, e os direitos da personalidade, de outro, destacam-se como elementos de ponderação: a veracidade do fato, a licitude do meio empregado na obtenção da informação. A personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia, o local do fato. A natureza do fato, a existência de interesse público na divulgação. Especialmente quando o fato decorra da atuação de órgãos ou entidades públicas. E a preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação. Tais parâmetros servem de guia para o intérprete no exame das circunstâncias do caso concreto e permitem certa objetividade às suas escolhas. 5. O legislador infraconstitucional pode atuar no sentido de oferecer alternativas de solução e balizamentos para a ponderação nos casos de conflito de direitos fundamentais. Todavia, por força do princípio da unidade da Constituição, não poderá determinar, em abstrato, a prevalência de um direito sobre o outro, retirando do intérprete a competência para verificar, *in concreto*, a solução constitucionalmente adequada para o problema.

Conforme já exposto anteriormente, os direitos fundamentais são homogêneos, ou seja, não há hierarquia estabelecida na Constituição Federal entre os direitos. Portanto, não é possível determinar antecipadamente qual direito prevalecerá nos casos em que houver colisão. A valoração e a decisão só poderão ser feitas após uma análise do caso concreto. Em determinadas situações, o direito ao esquecimento pode prevalecer ao direito à liberdade de expressão, enquanto em outro caso poderá ocorrer o contrário, devido às circunstâncias que originaram o conflito e às diversas consequências que podem resultar delas.

Nesse contexto, Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2019, p. 111) acentuam que:

Quando os princípios se contrapõem em um caso concreto, há que se apurar o peso (nisso consistindo a ponderação) que apresentam nesse mesmo caso, tendo presente que, se apreciados em abstrato, nenhum desses princípios em choque ostenta primazia definitiva sobre o outro. Nada impede, assim, que, em caso diverso, com outras características, o princípio antes preterido venha a prevalecer.

Seguindo a linha de pensamento dos autores, nos casos em que ocorre um conflito entre direitos fundamentais, é necessário que o judiciário aplique o princípio da ponderação.

Com respeito ao princípio da ponderação Alexy (2001, p. 295) discorre que:

O critério de ponderação é determinado pela análise dos interesses resguardados pelos princípios colidentes. Esse critério busca avaliar qual dos interesses, considerados "abstratamente do mesmo nível", possui maior peso diante das circunstâncias do caso concreto. Quando dois princípios são equivalentes abstratamente, prevalecerá, no caso concreto, aquele que tiver maior peso diante das circunstâncias específicas. É importante destacar que a tensão entre esses princípios não pode ser resolvida atribuindo-se uma prioridade absoluta de um sobre o outro.

Ao tratar sobre o princípio da ponderação, Luís Roberto Barroso (2004, p. 358) afirma que se trata de uma “técnica de decisão jurídica aplicável a casos difíceis, em relação aos quais a subsunção se mostrou insuficiente, especialmente quando uma situação concreta dá ensejo à aplicação de normas de mesma hierarquia que indicam soluções diferenciadas”.

Em sua obra *Interpretação e Aplicação da Constituição*, Barroso menciona a existência de três etapas na utilização do princípio da ponderação. Na primeira etapa, segundo o autor, "cabe ao intérprete detectar no sistema as normas relevantes para a solução do caso, identificando eventuais conflitos entre elas" (BARROSO, 2004, p. 358). Na segunda etapa, é dever do intérprete “examinar os fatos, as circunstâncias concretas ao caso e sua interação com os elementos normativos” (BARROSO, 2004, p. 359). Por fim, na terceira etapa, considerada a mais importante, segundo Barroso (2004, p. 360), o intérprete deve fazer uma valoração subjetiva das normas, ou seja, atribuir importância e peso a cada conjunto de normas com base em sua própria apreciação, conhecimentos e convicções. Além disso, o intérprete leva em consideração as circunstâncias do problema jurídico, ou seja, os fatos, as evidências e os elementos relevantes relacionados ao caso em análise. Esse processo, dividido em etapas, tem por objetivo chegar a uma decisão final que seja justa e equilibrada nas consequências.

Embora não exista uma lei específica que estabeleça o princípio da ponderação, sua utilização é amplamente reconhecida e aceita como um instrumento essencial para resolver conflitos entre direitos fundamentais. Ao realizar a ponderação dos direitos em conflito, o objetivo é alcançar um equilíbrio, promovendo uma abordagem flexível na análise dos casos.

3 O direito ao esquecimento no Brasil

No Brasil, o direito ao esquecimento ainda não é institucionalizado, mas já houve manifestação quanto à sua efetividade e aplicação em casos notórios. Conforme abordado anteriormente, no sistema jurídico brasileiro, o direito ao esquecimento pode ser entendido como uma faceta do direito à personalidade, inserido dentro do âmbito dos direitos à imagem, honra, intimidade e vida privada, conforme estabelecido pelo artigo 5º, X da Constituição Federal de 1988.

O embasamento jurídico emergente para o reconhecimento do direito ao esquecimento no contexto penal brasileiro provém de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais de Justiça dos Estados. Essas decisões tratam de situações em que determinados indivíduos, envolvidos em crimes de grande repercussão midiática, são expostos de forma sensacionalista pela mídia.

De imediato, analisaremos as três correntes delimitadas por Anderson Schreiber (2017) ao analisar a audiência pública realizada pelo Ministro Dias Toffoli, acerca do Recurso Extraordinário 1.010.606, do caso Aída Curi: a) posição pró-informação: os defensores dessa posição sustentam que o direito ao esquecimento não existe, visto que não está previsto explicitamente na legislação brasileira e não pode ser derivado de nenhum direito fundamental. Invocaram a ADI nº 4.715; b) posição pró-esquecimento: consideram que o direito ao esquecimento não apenas existe, mas deve sempre prevalecer como expressão à intimidade e à privacidade, e não a liberdade de informação acerca de fatos pretéritos, pois, caso contrário seria aplicado ao indivíduo “pena perpétua” por meio da mídia e da internet. Os defensores amparam-se no REsp 1.334.097/RJ; e c) posição intermediária: consideram que a Constituição não estabelece uma hierarquização prévia e abstrata entre a liberdade de informação e a privacidade. Ambos são considerados direitos fundamentais, e, portanto, não há outra solução tecnicamente viável além da aplicação do princípio da ponderação.

A partir das três correntes apresentadas por Anderson Schreiber (2017), a Posição Intermediária é a mais acolhida e discutida dentre os estudiosos acerca do direito ao esquecimento, visto que não exclui nenhum direito fundamental, tampouco prevê hierarquização entre o direito à liberdade de informação e o direito à privacidade, mas aborda os de forma homogênea, tendo como solução a aplicação do princípio da ponderação.

Durante o julgamento do Recurso Extraordinário 1.010.606, em determinado ponto, o ministro Dias Toffoli, expôs em seu voto que:

É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais – especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral – e das expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível. (Grifos originais)

(STF. RE 1.010.606-RJ. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral Paradigma. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgamento: 11/02/2021. Publicação: 12/02/2021)

Os demais ministros presentes concordaram com o relator, com exceção do Ministro Edson Fachin, porém, mesmo tendo votado a favor da pauta do direito ao esquecimento, dispôs o seguinte em seu voto:

Parece-me importante enfatizar, diante do quadro normativo assim delineado, que eventuais juízos de proporcionalidade, em casos de conflito entre o direito ao esquecimento e a liberdade de informação, devem considerar a posição de preferência que a liberdade de expressão possui no sistema constitucional brasileiro, mas também devem preservar o núcleo essencial dos direitos da personalidade. (STF. RE 1.010.606-RJ. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral Paradigma. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgamento: 11/02/2021. Publicação: 12/02/2021)

Contudo, mesmo considerando a possibilidade de compatibilidade do direito ao esquecimento com o ordenamento jurídico brasileiro, o Ministro Edson Fachin compartilha da mesma tese do relator, de que a liberdade de expressão tem uma posição preferencial no sistema jurídico brasileiro. Portanto, no caso concreto, é sempre necessário realizar um juízo de ponderação entre a liberdade de expressão e o direito à privacidade nos julgamentos.

A repercussão gerada no julgamento do Recurso Extraordinário 1.010.606, evidenciou a importância de um aprofundamento no estudo acerca do direito ao esquecimento e a necessidade de uma legislação específica sobre o tema no ordenamento jurídico brasileiro.

Após breve contextualização sobre a discussão sobre o reconhecimento do instituto do direito ao esquecimento no Brasil, nos próximos tópicos serão apresentados dois casos nos quais o direito de ser esquecido foi solicitado por indivíduos condenados por crimes que receberam grande cobertura midiática e repercussão.

3.1 Chacina da Candelária

Na data de 23 de julho de 1993, oito crianças e adolescentes em situação de rua foram mortos a tiros enquanto dormiam em frente à igreja da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Sousa (2019), no dia anterior houve a prisão de dois adolescentes por um grupo de policiais. Durante esse episódio, os amigos desses adolescentes atiraram pedras em direção aos policiais, resultando na quebra do vidro da viatura do 5º BPM. Acredita-se que as mortes ocorridas na Chacina da Candelária tenham sido uma vingança por esse incidente.

Mais de uma década após a ocorrência do crime, com os responsáveis devidamente identificados e condenados, em 2006, o programa “Linha-Direta Justiça”, produzido pela Rede Globo, exibiu um episódio relacionado ao ocorrido na Igreja da Candelária. No entanto, um dos acusados pelo crime, que foi absolvido por unanimidade pelo Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, teve sua imagem apresentada em rede nacional, mesmo sem o seu consentimento e

discordância quanto à vinculação da sua imagem no programa. Jurandir Gomes de França ingressou com ação de reparação de danos em face da emissora a fim de receber indenização pelos danos sofridos ao ser exibido o episódio em questão, fundamentando que sentiu que a divulgação pública do caso trouxe à tona uma situação que já havia sido superada, resultando no ressurgimento a imagem de chacinador na comunidade em que vive, ferindo, assim, seu direito à paz, anonimato e privacidade, restando prejuízos também a seus familiares.

Na primeira instância, a 3ª Vara Cível da Comarca da Capital/RJ deliberou que, ao ponderar entre a manifestação do evento fatídico e o direito ao esquecimento de Jurandir Gomes de França, este último poderia ser reduzido em relação ao primeiro. Consequentemente, o pedido indenizatório foi considerado improcedente.

Em sede de recurso, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reverteu a decisão anterior e considerou válido o pedido de indenização. O TJRJ fundamentou sua posição no argumento de que o autor teve um papel secundário nos acontecimentos e que a história da Chacina da Candelária poderia ser contada sem mencioná-lo, caracterizando o abuso do direito de informação e a violação do direito de imagem ao expor publicamente aquele que expressamente deseja ser esquecido.

A emissora interpôs recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, por meio do Recurso Especial 1.334.097/RJ, porém a Quarta Turma da referida Corte manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a TV Globo foi condenada a pagar uma indenização por danos morais ao autor.

A Rede Globo apresentou um Recurso Extraordinário, porém o processo ficou sobrestado, aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso Aída Curi (RE 1.010.606, Tema 786 de Repercussão Geral), já mencionado anteriormente. Após a publicação da decisão do STF, a Quarta Turma iniciou uma reavaliação do acórdão de 2013 para determinar se deve modificar ou manter sua posição original. Em caso de manutenção, o recurso extraordinário será encaminhado ao STF.

Diante das informações expostas sobre o julgamento do Recurso Especial 1.334.097/RJ, fica evidente a ponderação em favor dos direitos à privacidade e revelando na decisão, até então mantida, uma análise relevante sobre o direito ao esquecimento.

3.2 Daniella Perez

De acordo com o artigo “Caso Daniella Perez: tudo sobre o crime que completa 30 anos”, publicado no site Canal Ciências Criminais, no dia 28 de dezembro de 1992, Daniella

Perez, protagonista da novela “Corpo e Alma”, exibida pela Rede Globo, foi assassinada pelo seu colega de trabalho Guilherme de Pádua, com auxílio de sua esposa, Paula Thomaz. Após as gravações da novela, os artistas Daniella e Guilherme deixaram os estúdios em carros separados. Durante o percurso, Guilherme fez uma parada no acostamento da via, aguardando o carro de Daniella, pois, supostamente, ele tinha um assunto a tratar com ela. Ao se encontrarem, Guilherme de Pádua desferiu um soco no rosto de Daniella Perez, fazendo-a desmaiar e arrastou-a até o banco traseiro de seu carro, que então foi conduzido por Paula Thomaz até um matagal na Barra da Tijuca/RJ, onde o casal, utilizando-se de uma espécie de punhal, desferiu golpes na região do pescoço e peito de Daniella Perez.

Guilherme de Pádua e Paula Thomaz foram acusados pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe e utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima. O casal foi condenado a respectivamente 19 e 18 anos e 6 meses de reclusão.

Após duas décadas do crime e depois de ter cumprido sua pena, em outubro de 2012, Paula Thomaz, ingressou com uma ação de indenização contra a revista IstoÉ, devido a uma reportagem sobre o crime, na qual alegou que a exposição midiática violou sua imagem atual sem consentimento e abordou de maneira sensacionalista sua vida recente e a de seus familiares, causando danos às suas esferas íntimas.

A decisão de primeira instância considerou parcialmente procedente a ação e condenou a revista a remover a matéria do site e a pagar uma indenização aos autores. Os autores recorreram, buscando aumentar o valor da indenização, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve o montante e a decisão de primeira instância com base nos mesmos fundamentos. Então, Paula Thomaz e os demais envolvidos recorreram ao Superior Tribunal de Justiça, por meio do Recurso Especial n. 1.736.803/RJ, solicitando o aumento dos danos morais e a condenação da revista ré a se abster de publicar novas reportagens sobre o crime.

O Ministro Relator Ricardo Villas Bôas Cueva, da Terceira Turma, concluiu que, embora seja legítima a condenação financeira, seria inadmissível proibir novas publicações, pois isso constituiria censura prévia. Em seu voto, ele deixou claro que o caso em análise se diferenciava dos Recursos Especiais n. 1.334.097/RJ e n. 1.335.153-RJ, uma vez que se tratava de uma ex-detenta com pena integralmente cumprida. Além disso, o Ministro entendeu que o direito ao esquecimento não era aplicável ao caso concreto, devido à relevância nacional do fato.

Ao concluir seu voto, o Relator ressaltou que o assassinato da atriz ganhou uma repercussão significativa na época, levando a alterações legislativas que transformaram o crime de homicídio qualificado em crime hediondo.

Dessa forma, o recurso foi analisado e considerado improcedente, negando o pedido de direito ao esquecimento feito por Paula Thomaz, restando apenas disponível à autora recorrer ao

Judiciário a fim de requerer a indenização posterior aos fatos mencionados por sistemas midiáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar, de forma sintética, a relevância do direito ao esquecimento para os egressos do sistema penitenciário, sua efetiva aplicação em casos de grande repercussão midiática e as principais dificuldades no ordenamento jurídico brasileiro diante da colisão dos direitos fundamentais que envolvem esse instituto, a saber, o direito de liberdade de expressão, manifestação e imprensa e os direitos da personalidade.

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar que a veiculação de eventos fatídicos na mídia ou internet os torna eternos. Os dados que ficam registrados na rede digital são frequentemente reavivados, mesmo após o cumprimento da pena imposta ao indivíduo. Além do estigma social e dos preconceitos associados aos indivíduos que saem do sistema penitenciário, o processo de desinstitucionalização e ressocialização abrange não apenas a saída da prisão, mas também a reintegração das pessoas que estiveram institucionalizadas, ou seja, o objetivo é promover autonomia pessoal e social após o cumprimento da pena, a fim de efetivar sua reintegração na sociedade e não estigmatizá-los como delinquentes. Nesse contexto, rememorar os fatos com frequência, de forma tendenciosa, reflete em nunca tornar a ressocialização possível. A mancha do crime cometido permanecerá na imagem, no nome e na honra do egresso, prejudicando suas chances de reintegração plena na sociedade.

Foi possível notar que, com base em todas as considerações trazidas, pode-se afirmar que a falta de uma legislação clara em relação ao direito ao esquecimento pode representar um atraso na função social da pena. Nota-se, também, que o instituto representa uma tentativa constante de buscar acolher novamente os egressos na sociedade. Portanto, é crucial a implementação de uma legislação adequada que aborde essa questão de forma a proteger os direitos fundamentais dos indivíduos quanto à busca pela reintegração social.

Assim, pode-se concluir que o direito ao esquecimento desempenha um papel importante no processo de ressocialização. É importante que o delito cometido seja gradualmente superado, não completamente apagado, mas que não seja constantemente lembrado com o intuito de causar danos à esfera íntima, humilhar ou reduzir a pessoa já estigmatizada, após o cumprimento da pena, é necessário desestigmatizar.

Por fim, constata-se que o princípio da ponderação, deve ser aplicado como forma de sopesamento entre cada um dos princípios em conflito, até que se encontre um equilíbrio adequado e justo.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos fundamentales**. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do código civil e da lei de imprensa. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 235, p. 1-36, jan./mar. 2004

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Noberto. **A Era dos Direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 08 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Processo nº: 0029569-97.2007.8.19.0001**. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=REsp%201.334.097>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 1.010.606**. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE1010606VOTOMDT.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Voto do Ministro Edson Fachin no Recurso Extraordinário 1.010.606**. Brasília, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/voto-fachin1.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.334-097/RJ**. Quarta Turma. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 10 de setembro de 2013. Brasília, 2013a. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=REsp%201.334.097>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

CASTRO, Lana Weruska Silva. Caso Daniella Perez: relembre o assassinato que chocou o Brasil. **Canal Ciências Criminais**. 2022. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-daniella-perez/>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciados da VI Jornada de Direito Civil**. 2013. Disponível em <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142>. Acesso em: 25 de março de 2023.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: parte geral e LINDB**. 14. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINEZ, Pablo Dominguez. **Direito ao esquecimento**: a proteção da memória individual na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**, 6ª edição. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**, 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SCHREIBER, Anderson. As três correntes do direito ao esquecimento. **JOTA**, 18 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-tres-correntes-dodireito-ao-esquecimento-18062017>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUSA, Alana. Chacina da Candelária: Uma noite de brutalidade no Rio de Janeiro. **Aventuras na História**. 30 de novembro de 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-chacina-da-candelariauma-noite-de-brutalidade-no-rio-de-janeiro.phtml>. Acesso em: 28 de maio de 2023.